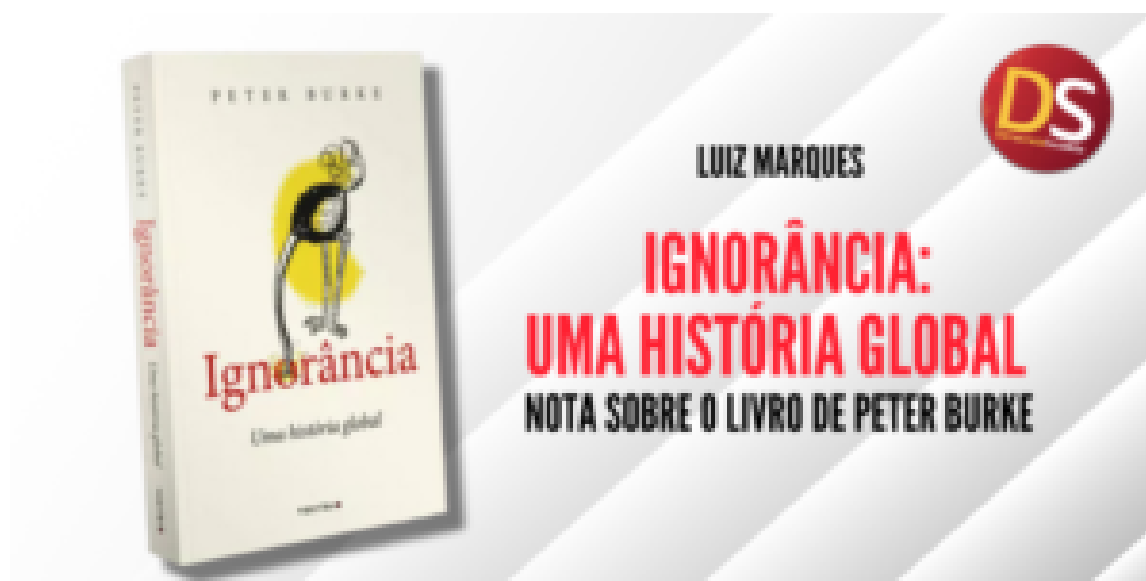


Ignorância: uma história global (Nota sobre o livro de Peter Burke) | Luiz Marques

04/10/2023

Ignorance: A Global History, de Peter Burke, saiu do forno recém (2022, pela Yale University Press; 2023, pela Editora Vestígio, com tradução de Rodrigo Seabra). Para o *The New York Times Book Review*, a obra “explora os modos como obstáculos, esquecimento, sigilo, negação, incerteza, preconceito, mal-entendidos e credulidade têm impactado o curso da história, desde o redesenho das fronteiras até a negação da mudança climática e muito mais”. O ensaio é dedicado “Aos professores deste mundo, heróis e heroínas na tentativa diária de remediar a ignorância”. Nossa categoria tenta.



Renato Janine Ribeiro, na apresentação, elogia o oportuno esforço intelectual numa época que torna a ignorância “arrogante”. Para fascistas, a cultura é alvo do ódio e a incultura motivo de orgulho. A reflexão divide-se em duas partes alentadas. Na primeira, “A ignorância na sociedade”, discorre especialmente sobre a área da religião, da ciência e da geografia. Na segunda, “Consequências da ignorância”, percorre a guerra, os negócios, a política, as catástrofes, os segredos, as dúvidas e o esquecimento do passado. A conclusão, “O novo conhecimento e a nova ignorância”, projeta a concepção cíclica (maquiaveliana) do ícone em História Cultural, da Universidade de Cambridge.

De quem? Para quem?

A ignorância é um dos “cinco gigantes” a serem derrotados pelo processo civilizatório, junto com a pobreza, a doença, a miséria e a ociosidade. Lê-se no relatório que fundamentou o Estado de bem-estar social britânico, criado pelo governo trabalhista de 1945. Sob a hegemonia das finanças, tal programa cedeu ao reverso – a “produção da ignorância” nas massas. Resultado: mais pobreza, pelo aumento das desigualdades; mais doença, pela inexistência de um sistema de saúde universal; mais miséria, pelo abandono das políticas sociais e da esperança nascida há mais de 500 anos com a *Utopia*, de Thomas More, de uma renda básica contra a criminalidade e; mais ociosidade forçada, pela célere expulsão da atividade formal de milhões de pessoas. O neoliberalismo da *Société du Mont Pèlerin* acarretou uma sobrecarga tóxica de barbarização e indiferença na sociedade.

À lista, é possível acrescentar a ignorância propagada pelas classes dominantes sobre a economia, no capitalismo. Seja para mistificar o léxico de justificação da “austeridade” e a eliminação dos aportes estatais em saúde, educação, habitação, assistência social, convertendo direitos em serviços pagos, na Europa; seja para naturalizar os juros definidos por um Banco Central dito independente, no Brasil – de quem? para quem? No consumo, a desinformação também cumpre papel importante. “Os agentes do mercado não perdem a chance de se beneficiar da ignorância alheia”, conforme explana Flávio Fligenspan, no artigo “A falácia do parcelado sem juros” (*Sul 21*, 11/09/2023).

Para não ficarmos restritos ao desconhecido-desconhecido (o que se desconhece sem estar ciente de desconhecer), vale citar o conhecido-desconhecido (o conhecimento que não conhece a si mesmo), como Slavoj Žižek refere-se ao inconsciente freudiano-lacaniano. A insciência é geral. Somos todos imperitos, em uma medida ou outra. A recusa do saber não é inocente. Pode agravar as catástrofes pseudo naturais. As enchentes nos municípios gaúchos dão provas. Os pobres em zonas vulneráveis percebiam os perigos, e não tinham poder decisório; os altos administradores estavam informados dos estragos potenciais, e detinham o comando. Nada fizeram, a não ser chorar o leite derramado. Ou espaiar a calamidade num show da Ivete Sangalo em São Paulo, como o governador do RS.

A ignorância custa caro

São perigosos os que tomam decisões qual os ignorantes (*nihil sciens*), de costas para os desastres da comunidade. A “ética da responsabilidade” impõe aos representantes políticos, primeiro, garantir o direito à segurança dos representados no território que habitam e; segundo, prestar solidariedade não pro forma aos dependentes de instituições oficiais. Pós-tudo, aos sequelados nas águas que arrastaram casas e sonhos, cabe ajuizar mandatários rápidos com os “de cima” nas privatizações do patrimônio público e, burocráticos, com os “de baixo” na necessidade. O luto exige circunspeção. “O senhor sabe: pão ou pães, é questão de *opiniões*”, aprende-se lá nas veredas do grande sertão.

A perseguição da potência do Norte a Julian Assange ocorre pela divulgação dos documentos sigilosos sobre as invasões do Afeganistão, do Iraque e o *CableGate* – espionagem de dirigentes estrangeiros através do acesso ilegal ao *Gmail*. O argumento remonta aos “segredos de Estado” ou às “razões de Estado”. No Estado de direito democrático prevalece o valor da transparência para o interesse público. Se não prevalece, é que a verdade abala os alicerces do *status quo* imperialista.

A *démarche* neoliberal investe na inevitabilidade de um progresso que gera o caos social e a crise ambiental. Para Peter Burke, a ascensão dos novos conhecimentos traz novas ignorâncias. Se a espécie *in totum* sabe hoje mais do que nunca, individualmente talvez não se possa falar o mesmo. O estudo dos clássicos caiu em desuso. A fragmentação do saber forma técnicos sem sapiência, acusa o centenário Edgar Morin. Na medicina, onde cedo a ignorância é estudada, muitos médicos abraçaram o negacionismo científico na pandemia, em contradição com o juramento de Hipócrates.

Totalidade significativa

Há que articular o conhecimento existente a partir do que Lucien Goldmann denomina “totalidade significativa”. Na visão dialética, ao contrário da positivista, “o todo não é sinônimo de *tudo*”. O que conta para a cognição são as peças relevantes ao entendimento dos fenômenos da realidade. O poder do pensamento está em sua capacidade de estruturar e significar o conhecimento de maneira inteligível, e não na quantidade aleatória e desordenada dos dados estocados pelo doutor *Google*.

A “infocracia” explora a ignorância das multidões com a tecnologia do *Big Data*. A manipulação das tendências consumistas e inclusive eleitorais está longe de equivaler a uma potencialização da racionalidade dos comportamentos, e menos, à compreensão de conjunto dos acontecimentos. A consciência é o palco da disputa entre a crítica socialista e a cobiça capitalista que tece modalidades da dominação para trapacear os ingênuos. A emancipação ou sujeição da humanidade está em jogo. Por sorte, não se pode enganar todas as

peçoas o tempo todo, embora a si próprio seja bem fácil.

A “sociedade de informação” não resolve nenhum impasse da contemporaneidade – a hecatombe climática, as abissais desigualdades, a destruição da democracia e a ameaça de conflito nuclear. A luta de classes não é saudade da era analógica, senão sintoma da rediviva equação de classes. Para aqueles que desempenham funções de mando, recomenda-se o capítulo onde sob três ângulos Peter Burke aborda “A ignorância política”: dos governantes (reis, primeiros-ministros ou presidentes), dos governados e da organização do sistema de governança. As 366 páginas se apoiam na citação de Thomas Jefferson: “Se uma nação espera ser ignorante e livre, e ainda em condição de civilização, ela espera algo que nunca aconteceu e jamais acontecerá”. Mas, isso, a leitora e o leitor decidem.

Luiz Marques é Docente de Ciência Política na UFRGS, ex-secretário de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul.